REVISTA DE DIREITOS HUMANOS DO LACEDH UNIFEBE
v. 4, n. 1 2026 | ISSN 2965-0321

APRESENTAÇÃO

A quem chega a estas páginas,

"Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara" (José Saramago, Ensaio sobre a cegueira).

Olhar pode ser um gesto distraído, quase automático. Reparar, ao contrário, exige atenção, disposição para reconhecer o que antes permanecia despercebido e, sobretudo, responsabilidade diante do que se revela.

Talvez essa seja uma das tarefas mais importantes da produção científica: ensinar-nos a reparar.

Durante muito tempo, a ciência reivindicou para si o privilégio da neutralidade, como se fosse possível conhecer o mundo sem ocupar um lugar nele. Entretanto, todo conhecimento é produzido em condições históricas específicas, sendo atravessado por relações de poder e condicionado pelas possibilidades e pelos limites de seu tempo.

Muitas vezes, aquilo que se apresenta como universal não passa de uma experiência particular investida de autoridade para falar em nome de todos. Não raro, sob o argumento da universalidade, experiências particulares foram convertidas em medida de todas as coisas, enquanto outras foram relegadas ao silêncio, à subalternidade ou à condição de objeto de investigação.

A pesquisa científica não precisa ser distante. Tampouco pode refugiar-se na suposta neutralidade para esquivar-se das contradições do mundo. No campo dos Direitos Humanos, sobretudo, é preciso reconhecer de onde se fala, a quem se dirige a palavra e quais realidades permanecem à margem dos discursos que pretendem universalidade.

Reconhecer que o conhecimento não é produzido fora do mundo significa também reconhecer que não escrevemos a partir de um lugar vazio. Nossas experiências atravessam as perguntas que formulamos, os objetos e sujeitos de pesquisa que elegemos e os sentidos que atribuímos ao que investigamos. Produzir conhecimento também é uma escolha de perspectiva, de escuta e de compromisso com o mundo.

Por isso, há textos que nascem das bibliotecas. Outros, das experiências inscritas na pele. Alguns nascem de ambas. É desse lugar que faço esta apresentação: a de mulher negra, pesquisadora e professora.

Na escrita de outra mulher negra, Conceição Evaristo, encontro palavras que também ajudam a traduzir esse lugar. Como ensina a intelectual (Evaristo, 2007, p. 21), "a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa-grande', e sim para incomodá-los em seus sonos injustos". Com essa compreensão, aproximo-me desta edição.

Os artigos aqui reunidos incomodam, interrogam e resistem. Não porque abdiquem do rigor acadêmico, mas justamente porque desafiam a ideia de que produzir conhecimento exige distanciamento, neutralidade ou ausência de afetos. Ao abordarem temáticas sensíveis, demonstram que a ciência também pode ser atravessada pela emoção e pela experiência. Afinal, rigor científico e sensibilidade não são categorias antagônicas.

Provenientes de diferentes campos do conhecimento, os trabalhos percorrem caminhos metodológicos diversos, entre eles a revisão bibliográfica, a análise documental, a pesquisa-ação e a análise fílmica.

REVISTA DE DIREITOS HUMANOS DO LACEDH UNIFEBE
v. 4, n. 1 2026 | ISSN 2965-0321

Nem todos se debruçam sobre questões raciais ou de gênero, que atravessam minha trajetória e a partir das quais escrevo e observo o mundo. Organizados em dois módulos, alguns artigos abordam especificamente o racismo; outros se dedicam a diferentes dimensões dos Direitos Humanos. Mais do que reunir investigações tematicamente diversas, esta edição aproxima pesquisas que, cada qual, a seu modo, convergem para um mesmo gesto: reparar.

Cada artigo parte de uma ferida concreta da vida social: as manifestações de preconceito racial, territorial e de gênero; os discursos meritocráticos; a persistência das violações à dignidade da pessoa humana; as lutas antirracistas; as estratégias de poder. São questões que ganham corpo em imagens e situações que não nos permitem permanecer indiferentes: uma cadeira vazia, uma data mal contada, um corpo abandonado na calçada, uma criança exposta numa tela, mulheres que mataram para continuar vivas. Experiências que recusam o conforto das abstrações e expõem a distância, tantas vezes convenientemente ignorada, entre o direito proclamado e o direito efetivamente experimentado.

Dos jornais de 1888 à plataforma digital, dos conselhos de administração às calçadas, das celas aos quilombos, os artigos questionam quem tem seus direitos reconhecidos, quais vidas são efetivamente protegidas, quais experiências ainda precisam ser traduzidas para que sejam consideradas juridicamente relevantes. Em um dos trabalhos, essa reflexão aborda as relações de poder envolvidas na ascensão de um gigante na economia global.

Que estas páginas sejam lidas não apenas como resultados de pesquisas rigorosas, mas também como convites à desacomodação intelectual. Que provoquem perguntas, desestabilizem certezas e, sobretudo, não ofereçam a quem lê a tranquilidade de quem acredita já ter compreendido o mundo.

Desejo uma leitura que não acalme, mas que desperte; que não apenas confirme o que já se sabe, mas também nos obrigue a perceber aquilo que, por conveniência ou indiferença, muitas vezes deixamos de ver.

Que esta edição nos ensine que apenas olhar não basta: é preciso observar e permitir-se ser afetado pelo que se revela.

Daíra Andréa de Jesus